

## SUGESTÕES PARA O QUADRIÊNIO 2017-2020 DO PPGCS-UFBA

O PPGCS-UFBA tem como um de seus pontos fortes a experiência na formação interdisciplinar na área de Ciências Sociais. Ao longo dos últimos 40 anos, formou mestres em ciências humanas, mestres em Sociologia (a partir de 1990) e, desde de 1999, forma mestres e doutores em Ciências Sociais. Entre permanentes e colaboradores, pelo menos 70% do quadro docente possui mais de 20 anos de carreira acadêmica. O percentual de docentes permanentes com mais de cinco anos de doutoramento – tal como requerido pela Documento de Área CAPS – é perfeitamente atendido pelo PPGCS.

Na distribuição dos docentes entre as quatro linhas de pesquisa, chama atenção o fato de uma delas – a linha Crime, Punição e Direitos Humanos – ter um número menor de integrantes (a rigor, tem metade do número de integrantes das demais linhas). A produção dos docentes, por sua vez, está bem situada entre as características temáticas das diferentes linhas.

Outra característica importante do PPGCS é sua ligação (direta ou indireta) com um importante periódico da área de Ciências Sociais. Classifica como revista A1 nas últimas edições do QUALIS, o Cadernos CRH é um importante instrumento de veiculação da produção nacional de estudos qualificados em nossa área. Nesta posição, o periódico contribui tanto para a visibilidade institucional, quando pode ter papel importante na circulação dos estudos desenvolvidos no PPGCS – guardados, evidentemente, as proporções que não o aproximem de um crítico perfil de endogenia.

Também é notório o impacto social do PPGCS-UFBA. Os egressos do Programa são professores de universidades públicas na Bahia e em outros estados da federação. Também há egressos em institutos de pesquisa e em quadros de diferentes níveis da administração pública. Estas trajetórias asseguram ao Programa um destacado perfil de nucleação e solidariedade institucional.

Entendo que, no contexto atual, o Programa tem dois desafios a enfrentar. E estes desafios me parecem articulados. Um dos desafios refere-se ao tamanho de seu corpo docente. O outro desafio – e, certamente, o mais importante – diz respeito à produção bibliográfica.

Em relação ao primeiro desafio, convém destacar que, embora não haja limite estabelecido para o número de docentes por Programa, é fato que grande parte da área de Sociologia e Ciências Sociais conta hoje com quadro menores que o PPGCS-UFBA. A título de comparação, temos: UFPE (Sociologia), 20 docentes permanentes; UnB (Sociologia), 19 docentes; UFSCar (Sociologia), 19 docentes; Unicamp (Sociologia),

16 docentes; UERJ (Ciências Sociais), 19 docentes, e; UFC (Sociologia), 16 docentes. Os Programas com maiores quadros, sobretudo os de Ciências Sociais, têm enfrentado dificuldades na avaliação justamente em relação à concentração (ou baixa) produção docente. Estes são os casos da Unicamp (Ciências Sociais), com 30 docentes permanentes; UNIFESP (Ciências Sociais), 32 docentes; Unesp-Marília (Ciências Sociais), 35 docentes., e a UFBA (Ciências Sociais), com 35 docentes. Mesmo os conhecidos

Programas maiores, com estruturas consolidadas, já vêm desenvolvendo estratégias que de controle da expansão do corpo docente. Estes são os casos da USP (Sociologia), atualmente com 27 docentes permanentes, e da UFRJ (Sociologia e Antropologia), com 31 docentes.

Tendo em vista o perfil dos indicadores dos programas com elevado número de docentes permanentes na avaliação CAPES de 2009-2012, a Coordenação de Área estabeleceu a necessidade de criação em todos os programas de critérios detalhados de credenciamento, reconhecimento e descredenciamento. Para tanto, a referida coordenação sugeria inclusive o envolvimento das Pró-reitorias de pós-graduação das instituições nestes processos.

O segundo e mais importante desafio do PPGCS-UFBA é a adequação da produção intelectual docente. Os dados da última avaliação quadrienal indicam que, neste quesito, que responde por 40% da avaliação, o PPGCS está situado na média dos programas com conceito 4. Convém destacar que, na avaliação CAPES de 2009-2012, quando o Programa obteve conceito 5, o chamado estrato superior de produção compreendia os periódicos com classificação Qualis B2, B1, A2 e A1. Já nesta última avaliação, o estrato superior tornou-se ainda mais seletivo, compreendendo apenas os periódicos B1, A2 e A1.

Embora a produção docente expresse também esforços individuais, o pertencimento dos pesquisadores aos programas de pós-graduação avaliados pela atual métrica da CAPES torna esta produção um desafio coletivo. Neste cenário, me parece incontornável a necessidade de pactuação dos docentes em torno de estratégias para a ascensão dos programas no atual sistema classificatório. Na medida em que a avaliação é sempre relacional – isto é, os programas são comparados entre si no contexto da avaliação corrente, e não nos perfis e médias da avaliação precedente –, o estabelecimento de metas de publicações atingirá resultados diferentes a depender do desempenho do conjunto de Programas da área. Entretanto, a exigência de um número mínimo de publicações, que assegure uma base produção do Programa, vem se tornando corrente em nossa área.

Com vistas ao enfrentamento dos desafios relacionados, trago, como contribuição ao debate coletivo entre docentes e discentes, as sugestões que seguem.

## 1. Aplicação de regras para credenciamento,

Para as regras de credenciamento e reconhecimento, sugiro que seja sempre ponderada a modalidade de vínculo – isto é, docente permanente ou docente colaborador. A CAPES não impede que os docentes colaboradores orientem teses e dissertações. A rigor, na avaliação, a condição de colaborador apenas desloca o docente do cálculo das médias de produção, orientações e defesas do Programa. Deve-se observar, contudo, que o mínimo de 70% dos docentes do Programa deve estar credenciado no quadro permanente (na última avaliação quadrienal, a média da área foi de 77% de docentes permanentes).

O que se observa nas regras dos programas da área de Sociologia e Ciências Sociais é também o estabelecimento de critérios mais rigorosos para o primeiro credenciamento. No geral, além publicações e projeto de pesquisa, tem sido cobrada a orientação de

trabalhos de conclusão de curso de graduação ou experiência em orientação de iniciação científica para o credenciamento como orientador de mestrado. Para o credenciamento como orientador de doutorado, tem-se exigido a orientação encerrada (com defesa) de uma ou duas dissertações de mestrado.

## 2. Aplicação de regras para reconhecimento

Sugiro que seja pactuado entre os docentes um período regular para o reconhecimento de todo o quadro. Entendo que seria interessante que este período coincidissem com o da própria avaliação CAPES, que no momento ocorre em intervalos de quatro anos.

Para este reconhecimento, sugiro que seja composta uma comissão com docentes do PPGCS e membros externos. Esta comissão trabalharia com base nos critérios definidos pelo colegiado do Programa. Ao final dos trabalhos, a comissão produziria um relatório recomendando os reconhecimentos e os eventuais desconhecimentos. Com base nesta recomendação, caberia ao colegiado do Programa definir se acolhe ou não as recomendações da comissão.

Para o reconhecimento pode-se avaliar, quando a situação assim demandar, a mudança da modalidade de vínculo (docente permanente ou docente colaborador). É importante que os critérios de reconhecimento sejam acordados, institucionalizados (via regimento) e divulgados de maneira transparente.

Dos critérios, sugiro que se observe a oferta de disciplinas (não é permitido que docentes fiquem sem ofertar disciplinas dentro do ciclo quadrienal de avaliação), a titularidade de orientação e a participação nas bancas examinadoras (de qualificação e defesas) do Programa.

No que concerne à produção intelectual, sugiro que seja explicitamente indicada a quantidade mínima de publicações por docente no período de avaliação. Considerando o cenário da última avaliação da área, o número de docentes do PPGCS e a meta de melhora do conceito CAPES, pode ser suficiente estabelecer para cada docente a publicação no quadriênio de, no mínimo, um artigo em periódico em estrato B1, A2 ou A1 (Qualis CAPES, área de Sociologia) e uma outra produção, que pode ser em periódico (qualquer Qualis), capítulo de livro ou livro (organização ou texto completo).

### 3. Aplicação de regras para descredenciamento

Sugiro que o descredenciamento do docente que não se enquadrar nos critérios de credenciamento seja definido pelo colegiado Programa. Para a análise da situação, pode-se solicitar ao docente um relatório substantivo de suas atividades no período, de modo a considerar eventuais particularidades que escapem à objetividade e generalidade dos critérios estabelecidos.

Obs. Acredito que para a efetivação dessas regras seja necessária a constituição de uma comissão composta por quatro docentes, dois externos da UFBA ao programa de pós-graduação e dois do corpo permanente do programa. Também recomendo que o processo seja todo acompanhado e ratificado pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação para que tenha maior legitimidade e possa assim ter uma instância de validação institucional.

---

Rodrigo Constante Martins  
Departamento de Sociologia – UFSCar  
Professor do Programa de Pós Graduação em Sociologia da UFSCar